

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.504 - SP (2019/0200157-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JOSE JORGE MARQUES FERRAZ
ADVOGADO : JOSÉ JORGE MARQUES FERRAZ - GO013599
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO RODRIGUES DA SILVA em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* na origem, conforme a seguinte ementa (fl. 16):

HABEAS CORPUS AMEAÇA, DANO QUALIFICADO E TENTATIVA DE ESTUPRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE INOCORRÊNCIA PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA INOCORRÊNCIA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DESÍDIA DO JUÍZO ORDEM DENEGADA.

O paciente foi preso em flagrante delito, no dia 11.12.2018, em razão da suposta prática dos crimes descritos nos artigos 147, art. 163, parágrafo único, I, 213, *caput* c.c. o artigo 14, II, todos do Código Penal, cuja custódia foi convertida em preventiva.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de ocorrência de excesso de prazo, uma vez que o paciente está preso há mais de 200 dias sem que se tenha encerrado a instrução criminal.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

A defesa alega a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução processual, requerendo a concessão da liberdade provisória ao paciente.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando

seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal, o que não se constata no presente caso.

De acordo com as informações prestadas, às fls. 38-58, o paciente foi preso em 11/12/2018 e a Ação Penal n. 1505426-36.2018.8.26.0244 está em tramitação regular, na medida em que se constata que, oferecida denúncia, esta foi recebida, realizando-se audiência de instrução e julgamento no dia 16/4/2019.

Verificada a necessidade de ouvir uma testemunha reputada imprescindível pelo *Parquet* Estadual, foi realizada audiência de continuação em 10/9/2019, abrindo-se prazo às partes para a apresentação das alegações finais (fl. 87).

Desta forma, encontra-se encerrada a instrução criminal, não havendo, portanto, qualquer ato de desídia na condução do processo que se possa imputar ao órgão jurisdicional.

Não evidenciada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida. Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO À PENA DE 15 ANOS E 2 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA REMESSA DOS AUTOS E JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. A lei processual não estabelece um prazo para o julgamento do recurso de apelação criminal, que deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, a fim de se verificar a ocorrência ou não de constrangimento ilegal. Sabe-se que eventual atraso no andamento do feito, por si só, não caracteriza excesso de prazo.

2. No caso, após interposição do recurso no prazo legal, em 2/3/2017, houve renúncia ao patrocínio, silenciando o paciente às intimações para constituir novo advogado, tentativa que se renovou inclusive através de seus familiares. Assim, não há falar em desídia por parte do Poder Judiciário ou em demora injustificada no andamento do feito, que sofreu desmembramento e aguarda, por ora, contrarrazões do Ministério Público.

3. Habeas corpus denegado, com recomendação de celeridade ao Tribunal de origem.

(HC 476.660/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019)

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO, EXPLOÇÃO, QUADRILHA ARMADA, ADULTERAÇÃO DE SINAL

Superior Tribunal de Justiça

IDENTIFICADOR DE VEÍCULO, POSSE DE ARMA DE FOGO COM SINAL DE IDENTIFICAÇÃO SUPRIMIDO, POSSE DE ARTEFATO EXPLOSIVO, POSSE DE 2 CARTUCHOS CALIBRE 12 E RECEPÇÃO.

EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. As alegações deduzidas no presente writ acerca da ausência de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva não comportam conhecimento por esta Corte Superior de Justiça, já que não foram examinadas pelo Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância

2. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os têm mitigado, à luz do Princípio da Razoabilidade.

3 Não se constata demora injustificada, tampouco desídia estatal na condução do feito, pois, consoante consignado pelo Tribunal de origem e reafirmado nas informações prestadas, dadas as peculiaridades e complexidade do caso, não há constrangimento ilegal em razão do alegado excesso de prazo, sendo certo que o Magistrado de primeiro grau e o relator da apelação na Corte a quo tomaram todas as medidas cabíveis para a condução célere do feito.

4. Ordem de habeas corpus denegada, com a recomendação de urgência no julgamento da apelação.

(HC 466.561/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019)

No mais, resta superada a arguição de excesso de prazo, porquanto já encerrada a instrução criminal, nos termos da Súmula n. 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator